

Ler, escrever, contar, negociar: a inserção de oficiais mecânicos na cultura escrita na vila do Recife (século XVIII)

RENATA BEZERRA DE FREITAS BARBOSA*

Introdução

Ao tratar da valoração do trabalho manual na América Portuguesa – assim como do papel social de seus agentes – a historiografia das últimas décadas vem mostrando o quanto, durante o período colonial, os ofícios mecânicos estiveram envoltos em um significado aviltante, desqualificador. Tal significado, somado ao fato de sermos, no período, uma sociedade escravocrata e ávida por honras e mercês, teria estimulado os mecânicos ao abandono de seus ofícios na primeira oportunidade de ascensão social.

Assim, Gilberto Freyre (2004, p.382) coloca que quando mecânicos conseguiam ascender socialmente – quase sempre depois de enriquecer – se desejassem assumir algum cargo administrativo, deveriam passar pela renúncia de atividade manual. Alguns senhores de engenho, por exemplo, tendo nascido ricos chegavam à velhice melancolicamente pobres, pois se recusavam a exercer algum ofício mecânico, relegando tal atividade a europeus pobres recém-chegados e a escravos.

Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.36) destaca a invencível repulsa que, para ele, sempre inspirou os nossos colonizadores toda a moral fundada no culto ao trabalho. Segundo ele, na América Portuguesa reinava nos ofícios urbanos, assim como nos rurais, o mesmo amor ao ganho fácil. Os trabalhadores que conseguiam acumular algum cabedal tratavam logo de abandonar seus ofícios para desfrutarem das regalias ordinariamente negadas a mecânicos. E, apesar das exceções, esclarece o historiador, para aqueles que enquanto “nobres” se dedicavam, como meio de vida, a serviços manuais, o recomendado era que lhes fossem negadas as honras enquanto vivessem de trabalhos mecânicos.

Para Caio Prado Júnior (1996, p.346-347) dificilmente, os homens livres aceitavam se rebaixar empregando os músculos no trabalho. Ele considera ser o estímulo à ociosidade, que para os senhores resultava do trabalho entregue inteiramente a escravos, um dos efeitos

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo – USP e pesquisadora bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

maléficos que recaíram sobre a conceituação do trabalho na Colônia. Para ele, “a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito de trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora” (Ibidem, p.278-279).

Por fim, Laima Mesgravis (1983, p.799) afirma que o fato de não ser escravo ou de ter condições de possuir escravos não era suficiente para o exercício do poder ou para o gozo de estima social na América Portuguesa. O candidato precisaria ser “homem bom” e, para isso, um dos critérios exigidos seria que ele não exercesse ofícios mecânicos. Para Mesgravis, ainda que a origem dos “homens bons” coloniais pudesse ser bastante humilde, a afirmação dos valores aristocráticos do ócio e da ostentação e a condenação dos valores burgueses como o trabalho e o comércio, revela o predomínio, na América Portuguesa, da nobreza enquanto estamento (Ibidem, p.801-802).

Dessa forma, foi partindo dessa historiografia e da análise da principal documentação em que me baseio na minha pesquisa de mestrado – pesquisa na qual procuro perceber as transformações ocorridas no século XVIII em relação à valoração do trabalho manual, tomando como estudo de caso a Irmandade do Patriarca São José, fundada por oficiais mecânicos por volta de 1735 na vila do Recife – que surgiram alguns questionamentos acerca do grau de envilecimento social que o exercício de ofícios mecânicos proporcionaria, de fato, aos seus agentes; como também questionamentos acerca da condição, usualmente difundida, de terem que abandonar – pelo menos teoricamente – seus ofícios para que pudessem ascender socialmente.

A análise da documentação administrativa da Irmandade de São José do Recife no século XVIII; assim como o surgimento de estudos mais recentes que se debruçam sobre a questão do trabalho na América Portuguesa vêm mostrando um caminho mais amplo de interpretação sobre a valoração do trabalho manual e sobre o papel social dos oficiais mecânicos no setecentos. Assim, esse artigo tem como objetivo apresentar um pouco desse outro caminho, no qual, dentro do fazer cotidiano de seus ofícios, os confrades de São José aparecem inseridos em uma cultura escrita que os permitia circular entre o mundo popular e o erudito; e que os possibilitava não só se relacionar com diferentes esferas do poder local e

metropolitano, como também negociar lugares e privilégios, além de um maior acesso às ideias circulantes, fossem elas políticas, sociais ou econômicas.

O trabalho manual como desqualificador

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, “defeito mecânico” era o estigma que recaía sobre aquele “filho ou neto de indivíduo que exercera atividade ou ofício manual, ou se vivera ele próprio de tal mister” (MELLO, 1989, p.23). Tal “defeito” figuraria na América Portuguesa – assim como no Reino e em outras partes do Império Português – como fator impeditivo para obtenção de cargos importantes ou honrarias. Ele explica que nos séculos XV, XVI e chegando ao auge no século XVII, o ingresso de pessoas no clero regular e secular, nas ordens militares, nas câmaras municipais, confrarias e irmandades, magistratura, entre outras instituições, ficava sujeito a um exame prévio sobre sua ascendência, que tinha como objetivo atestar não só a limpeza de sangue, mas também a ausência de “defeito mecânico”, considerado igualmente envilecedor (Ibidem, p.26).

Ao analisar o trabalhador manual no sistema social da primeira modernidade, José Antonio Maravall (1999, p.362) explica como se deu historicamente a exclusão social daqueles sobre os quais recaía o estigma do “defeito mecânico” na sociedade ocidental europeia. Segundo ele, desde fins do século IX vai se configurando uma nova divisão social, tripartite, que permanecerá por séculos para se transformar em outra fórmula trimembre, ainda que de base diferente. A sociedade ordenada, então, estaria dividida em três camadas: os *oratores* (os que oram), os *bellatores* (os que guerreiam) e o *imbelle vulgus* (os fracos).

Segundo ele, mantendo-se posteriormente em ordem de prioridade, a diferenciação se seguirá segundo a função¹, mas, nesse momento, passa também a se basear na qualificação

¹ Segundo José Antonio Maravall, durante a Idade Média se desenvolveu a teoria, originária da Antiguidade, de que a sociedade é um organismo, e, por isso, precisa desenvolver algumas funções vitais. Para isso, entre aqueles que a correspondem, são acordados direitos e deveres, como também posições no conjunto social, em conformidade com um sistema que chega a se solidificar plenamente e ter sua permanência assegurada por via hereditária, fazendo com que a relação se inverta: se a função determina originariamente o posto, o posto passa a determinar rigidamente a função. Assim, “Las funciones sociales y sus respectivos complejos estatutarios se atribuyen a grupos humanos cuyos individuos quedan aproximados entre sí por el ejercicio de una igual función y, por ese mismo hecho, separados de los demás grupos, a los que se les asigna función diferente. Como esas

pejorativa do último grupo, a partir da depreciação do esforço de produção econômica que a ele está atribuída e na sua exclusão das armas. Dessa forma, os exercícios vis e mecânicos passam a ser próprios apenas de trabalhadores; e, conseqüentemente, severamente proibidos aos guerreiros e eclesiásticos:

Coagula así la sociedad de estamentos, la cual originariamente, se basará en la concepción de que todos trabajan, todos realizan esfuerzos y sufren penalidades, de tal manera que la diferencia de unos a otros se fija en ser reconocidos más o menos próximos, más o menos dependientes de la aplicación de la capacidad moral o intelectual y no de las fuerzas físicas del hombre, siendo más estimables los sufrimientos del trabajo, cuanto más exijan de un esfuerzo moral. Por tanto, se establece que los menos dignos de estimación, serán aquellos que se reducen apenas a otra cosa que al empleo de las manos (MARAVALL, op.cit., p.362).

De acordo com Maravall, no século XVI essa imagem tripartite da sociedade se recrudescer, tirando do âmbito de uma estimacão social positiva, não só os que exerciam ofício considerado infame, mas todos os ofícios mecânicos. Com a chegada da Modernidade, a fórmula se repete como paradigma imóvel, na qual, para a manutencão da boa república, o sacerdote deveria orar, o *caballero* guerrear e o lavrador arar. Nesse esquema básico, que se conservará até começos do século XVIII, supõe-se que, em virtude de determinados critérios de discriminaçao social “estabelecidos” por Deus – tendo em vista que o regime de estamentos apela para uma fundamentaçao religiosa na ordem do divino –, originariamente segundo critérios funcionais e convertidos depois finalmente em hereditários, a distribuicão dos indivíduos em grupos se faz a partir do duplo princípio de que os valores sociais estimados se concentram em uns – os poderosos, os ricos, os nobres –, frente à exclusão de outros – os “inferiores”, débeis e pobres. Os primeiros se encarregariam das armas, do governo, da relaçao com Deus; enquanto aos últimos estariam reservados os ofícios baixos, servis e manuais² (MARAVALL, op.cit., p.350–372).

funciones son permanentes, puesto que la vida de un organismo natural, como es la sociedad, se supone que no cambia, son también perfectamente conocidos y se sabe de siempre los medios que necesitan quienes las han de cumplir, a tal fin” (MARAVALL, 1999, p. 357-8).

²Maravall ressalta que procede da *Política* de Aristóteles a tese de que os primeiros (os poderosos, os ricos, os nobres) formam a cidade, enquanto que os últimos (“inferiores”, débeis e pobres), ainda que habitem nela e nela desenvolvam suas ocupaçoes, não são membros da cidade. Dessa forma, estes últimos se veem agrupados sob

Desqualificador?: Os oficiais mecânicos e sua circularidade social

Para Daniel Precioso, a assertiva de que o trabalho manual na América Portuguesa envilecia aqueles que o exercia merece reparos, tendo em vista a complexidade da formação, organização e composição social dos grupos de mecânicos: “A mística do defeito mecânico”, diz ele, fora difundida pela historiografia como algo que permaneceu inalterado entre os séculos XVI e XIX em todas as partes do Império Português, relegando à burguesia e aos trabalhadores manuais uma posição subalterna à nobreza (PRECIOSO, 2011, p. 55-56).

Para Maria Helena Flexor, alguns autores transplantaram os mesmos critérios do Reino acerca da valoração do trabalho manual para a América Portuguesa: “As generalizações têm levado alguns historiadores a ter uma ideia bastante distorcida dos oficiais mecânicos como aquela de seu corpo ser constituído [...] em sua maioria só de negros e mulatos sem possibilidade de ascensão social” (FLEXOR, 2002, p.177). Segundo ela, não só existiam diferenças étnicas, como também de posses, pois existiam artesãos de maiores e menores posses, motivo suficiente para que sua posição dentro da estrutura social seja reanalisada.³

Assim, alguns estudos acerca do trabalho manual na América Portuguesa – ou que se debruçam de alguma forma sobre os seus agentes – têm apontado não só uma complexidade em sua composição social, mas também relativizado a valoração negativa atribuída aos

um regime de exclusão (MARAVALL, op.cit., p. 360). O desprezo que se tinha na Grécia Antiga em relação ao trabalho manual, pode ser percebido pelo uso antigo da palavra grega *banausia*. No *Dicionário de Filosofia*, de Nicola Abbagnano, está a seguinte definição de *banausia*: “arte mecânica ou trabalho manual em geral, implica uma valorização desse tipo de atividade como coisa grosseira e vulgar. [...] Essa noção de [*Banausia*], na sociedade antiga, permitia a divisão da própria sociedade em duas classes: os que extraíam os meios de vida do trabalho manual e eram destinados a obedecer e os que se haviam libertado da escravidão do trabalho manual e eram destinados a mandar”. Ver em ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 104.

³A autora se baseia em estudos sobre Salvador e São Paulo, mas o mesmo pode ser identificado por Daniel Precioso no caso de Vila Rica (PRECIOSO, 2011); e, no caso do Recife, pela pesquisa de Henrique Nelson da Silva, *Trabalhadores de São José: artesãos do Recife no século XVIII*, Dissertação de Mestrado, Recife: CFCH, UFPE, 2010; e a que estou desenvolvendo em minha atual pesquisa de mestrado: a composição social dos oficiais mecânicos era bem complexa, coexistindo no mesmo grupo indivíduos brancos, negros, pardos; assim como forros, escravos e livres; ricos e pobres; não esquecendo das diferenças nos papéis ocupados na própria divisão do trabalho (mestres, oficiais e aprendizes; assim como empreiteiros, oficiais fixados em alguma oficina ou pagos em jornais por empreitada); e que em alguns ofícios também é identificada a presença de mulheres.

trabalhadores manuais, mostrando a circularidade de muitos oficiais mecânicos em esferas sociais diversas; circularidade essa que já vinha sendo constatada, mesmo que discretamente, em autores já consagrados.

A própria Maria Helena Flexor coloca que em Salvador os oficiais mecânicos chegaram a ocupar alguns cargos administrativos como almotacéis, quadrilheiros, afiladores de pesos e medidas, entre outros. Já em São Paulo, ela identifica a presença de mecânicos no próprio governo da câmara, gozando dos mesmos prestígios e privilégios que os demais componentes da sociedade paulista. Alguns oficiais mecânicos, diz a historiadora, “foram tirados de seus postos muito mais pelo seu estado de pobreza que devido ao ofício que exerciam” (FLEXOR, *op.cit.*, p.176).

Gilberto Freyre também reconhece a circularidade social dos oficiais mecânicos, que, segundo ele, não foram afastados dos cargos municipais com a mesma rigidez que havia em Portugal, onde essas instituições eram mais fechadas. Ele conta que, no caso de Recife, constata-se historicamente o acesso de “homens miúdos” à nobreza, por meio do serviço militar e até por meio de atos de bravura, tendo deslocado membros natos de ofícios mecânicos para as de fidalgo. Outro facilitador teria sido a participação desses oficiais mecânicos em irmandades leigas, pois estas teriam tido um papel importante para garantir que o bom sucesso na arte ou no ofício manual permitisse que se transformassem em senhores de escravos e em vereadores (FREYRE, *op.cit.*, p.494-498).

E mais recentemente, Beatriz Piccolotto S. Bueno, ao citar o famoso exemplo de Antônio Fernandes de Matos, mestre-pedreiro português que fez fortuna no Recife do seiscentos, destaca o prestígio social e a fortuna conquistados durante o período colonial por alguns mestres-construtores, especialmente aqueles que se tornaram empreiteiros. Muitos desses mestres-pedreiros e carpinteiros teriam se transformado em verdadeiros empresários da construção civil em terras luso-americanas, ascendendo socialmente e circulando pelos meios sociais coloniais mais ilustres (BUENO, 2012, p.344).

Os autores acima citados, de formas diversas, atribuem não só às diferenças regionais existentes na América Portuguesa uma maior ou menor circulação desses artífices em meios sociais mais “privilegiados”, mas também destacam alguns facilitadores para isso, como a

prestação de serviços à Coroa e o enriquecimento. Existiram ainda outros, como o casamento e a formação de laços importantes de parentesco, a ordenação clerical e o letramento. Este último, o letramento, será o fator impulsionador sobre o qual nos debruçaremos a partir de agora; no intuito de tentar mostrar o quanto, no período colonial, os oficiais mecânicos estavam inseridos cotidianamente na cultura escrita e como, a partir de um domínio maior ou menor da leitura e da escrita, podiam circular em diversas instâncias sociais e ascender.

O ofício mecânico e a cultura escrita

A historiografia que por décadas foi produzida sobre a história da educação durante o período colonial coloca o letramento⁴ como apanágio das elites coloniais – que viam no acesso aos livros um meio para se aperfeiçoar intelectualmente – e enfatiza o quão era diminuta a quantidade de pessoas que sabiam ler e escrever em terras luso-americanas.⁵ Apenas recentemente os estudos sobre a educação no período colonial têm avançado, passando a contemplar tanto a educação de natureza escolar como a de não escolar, presentes nas práticas sociais e culturais cotidianas. Dentro de uma perspectiva mais ampliada⁶, esses estudos têm levado em conta não só a educação promovida por instituições como o Estado e a Igreja, mas também por irmandades e ordens leigas e grupos profissionais (FONSECA, 2009, p.10).

Segundo Luiz Carlos Villalta, foram múltiplos os lugares da educação na América Portuguesa. Entre as camadas sociais mais baixas, por exemplo, difundiu-se o aprender fazendo: “extramuros da escola, na luta pela sobrevivência, adquiriram-se os rudimentos

⁴Consideramos aqui como “letramento” as habilidades de ler, escrever e contar. Sabemos que há toda uma discussão historiográfica acerca do melhor conceito a ser empregado, mas aqui não entraremos nesse mérito.

⁵Trazer uma discussão historiográfica acerca da História da Educação ou da História do Livro e da Leitura referentes ao período colonial não é o nosso objetivo presente. Thais Nivea de Lima e Fonseca faz um balanço historiográfico sobre a História da Educação no artigo “Historiografia da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas”, In: *Revista Lusófona de Educação*, 2009,14, p.111-124. No tocante à História do Livro e da Leitura, Luiz Carlos Villalta faz um balanço historiográfico no artigo “A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma perspectiva sobre o Romance”, s.l, sd, disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/livroeleitura.pdf>.

⁶Segundo Justino Pereira Magalhães (2001, p.82), uma investigação sobre a alfabetização no Antigo Regime que tome por referenciais básicos, exclusivamente, a instrução pública e a escolarização, não se aproxima de uma verdadeira representação da realidade, nem do plano pedagógico, nem sociológico e antropológico.

necessários para garantir a subsistência e para reproduzir os papéis que lhes eram reservados na sociedade” (VILLALTA, 1997, p.333). E em alguns casos, explica, esse aprender fazendo se apresentava em vínculos menos informais, envolvendo relação contratada entre mestres e aprendizes para o aprendizado de habilidades, ofícios e primeiras letras. Entre os letrados da Colônia, muitos teriam se formado assim, nessa relação mestre-aprendiz, juntamente com o aprendizado de seus ofícios, como os “mestres de riscos”, boticários, cirurgiões, entre outros.

No período colonial, os pais desejosos de garantir a instrução, eles próprios tiveram que fazer, ou que socorrer nos préstimos dos parentes e capelães, ou ainda contratar mestres para lhes ensinar principalmente as primeiras letras. A instrução na colônia processava-se assim, em grande parte, no âmbito do privado, preenchendo vazios da escola pública e semipública inexistente ou escassa; quando se ultrapassavam os domínios da informalidade, estabelecendo-se vínculos formais entre professor e aprendizes, criava-se um ambiente se não tipicamente escolar, ao menos muito próximo de sê-lo (VILLALTA, op.cit., p.357).

De acordo com Thais Fonseca, a educação para as camadas mais baixas da população esteve muito associada à difusão da doutrina cristã e à formação profissional como meios de controle. Ela representava a preparação para o trabalho, com o intuito de garantir a sobrevivência, acompanhada de valores morais que impedissem os descaminhos de crianças e jovens. Conforme a legislação portuguesa, a educação deveria ser compatível com a origem social do indivíduo, fazendo com que, em essência, o ensino das primeiras letras visasse, fundamentalmente, facilitar o aprendizado da doutrina, sem implicar em possibilidades de ascensão social por meio da educação (FONSECA, op.cit., p.101).

Todavia, na prática, essa norma nem sempre era obedecida, pois muitos filhos de oficiais mecânicos buscavam aprender a ler, a escrever e a contar juntamente com o aprendizado de seus ofícios, ampliando a possibilidade de ascensão na sociedade colonial por meio da capacidade de leitura e de escrita. Fonseca aponta que não era tão raro na América Portuguesa que indivíduos nascidos em condições desfavoráveis conseguissem ascensão social por meio da educação. Pois, desenvolvendo habilidades obtidas, principalmente, por

meio do letramento, ficavam mais próximos de segmentos sociais dos quais estariam distantes, caso tais habilidades não fossem desenvolvidas (Ibidem, p.40).

Tal possibilidade não estava restrita a oficiais mecânicos brancos, mas também aos negros e mestiços livres e aos escravos. De acordo com Fonseca, os escravos e filhos de escravos, por vezes, eram mandados pelos seus próprios senhores à instrução de primeiras letras, a fim de obterem mais proveito por meio do aluguel de escravos qualificados. Isso levava ao fato que, para “estes escravos ou para seus filhos, o letramento poderia servir também como instrumento para obtenção de vantagens, inclusive a liberdade”(Ibidem, p.125).

No caso do Recife, mais especificamente, Gilberto Freyre conta que a subgrupos de mecânicos vindos do Reino e da Europa foram-se juntando muitos dos mestiços, hábeis em ofícios, que eram peritos em caligrafia e em outras artes burocráticas aprendidas com os brancos e que, desde os primeiros dias de colonização, começaram a surgir das sombras das casas-grandes e dos sobrados patriarcais e principalmente dos colégios de padres; se espalhando pelos espaços sociais mais livres, às vezes em competição com aqueles outros mecânicos vindos do Reino (FREYRE, op.cit., p.493).

Para os oficiais mecânicos, sabe-se que a oficina era espaço de aprendizagem por excelência. José Newton Coelho de Meneses coloca a oficina como local privilegiado onde ocorria a produção de bens e onde se arquitetava a reprodução social de uma ordem em que o trabalho dava fundamento: “Ali se ensinam saberes e responsabilidades essenciais aos jovens. Ali se regulam vivências e um mercado de ação de oficiais mecânicos [...]. Espaço portanto, de saber, embora distinto da escola; lugar de relações humanas primordiais entre o mestre, seus oficiais e seus aprendizes” (MENESES, 2011, p.246).

No entanto, como alerta o autor, aprender um ofício nesse sistema não significava atividade escolar, nem de estudos. O fato é que ainda não se sabe certamente até que ponto o letramento estava inserido no aprendizado do ofício no cotidiano da oficina. O que se sabe é que o exercício de alguns ofícios, muito mais do que outros, exigia um maior domínio da leitura, da escrita e de operações matemáticas básicas: os boticários e cirurgiões, por exemplo, devido ao seu ofício, deveriam, fundamentalmente, saber ler e escrever, além do fato de que, depois de aprenderem na prática prestavam um exame para serem autorizados a exercer a

profissão (VILLALTA, op.cit., p, 359); como também o ofício de alveitar que necessitava de uma formação mais teórica embasada em livros (MENESES, op.cit., p.261); e no caso dos ofícios ligados à construção, os artífices não escapavam de uma certa noção de rudimentos da aritmética, da geometria elementar e da geometria prática (BUENO, op.cit., p.349).

No tocante aos ofícios ligados à construção, ofícios esses que eram praticados pelos confrades de São José do Recife, Beatriz Bueno, ao analisar o sistema de produção da arquitetura durante o período colonial, explica que o desenho como instrumento de raciocínio e síntese, representando um conceito de edificação, não estava ausente no circuito das artes mecânicas da construção civil do Reino e do Ultramar, tendo em vista que o grosso das fábricas cabia aos mestres-pedreiros e mestres-carpinteiros.⁷ Como ferramenta de trabalho, explica ela, os “riscos” e “traças” tinham importante papel operacional e pragmático, inviabilizando, por exemplo, as obras de grande porte, caso não existissem:

Ao ser convocado para determinada 'fábrica', cabia ao profissional do 'risco' dialogar com o sítio escolhido, desenhar [...]. A planta demonstrava o arranjo do programa arquitetônico, os comprimentos, larguras e espessuras de cada uma das suas partes, bem como sua implantação no sítio; a elevação, as alturas, o ritmo das aberturas e a métrica presente nas fachadas; o perfil e o corte, as espessuras das paredes, os vários pavimentos do edifício, a estrutura da cobertura e a profundidade das fundações; a perspectiva ou a maquete, o conjunto (interior e exterior) (Ibidem, p.343).

Segundo Bueno, quando inexistentes eles eram substituídos por “desenhos por escrito”, em instruções pormenorizadas que envolviam as medidas do conjunto e das partes e os materiais empregados. As condições, apontamentos e outros tipos de instruções por escrito, ressalta, constituíam verdadeiros memoriais da construção: da concepção à arrematação, execução e vistoria, todas as etapas eram mediadas por desenhos (gráficos) ou desenhos por escrito (descrições), compondo diálogos entres os diversos atores e instâncias administrativas envolvidos em casa fase da construção (BUENO, op.cit., p.343).

⁷De acordo com Beatriz Bueno (2012, p.322), quando disponíveis no local, os engenheiros militares eram os mais prestigiados para projetar as obras públicas, porém, por estarem em número inferior à demanda, estiveram ausentes na maior parte das freguesias e vilas, cabendo aos mestres de ofícios a projeção das edificações.

Ainda não é possível precisar que conhecimentos teóricos e práticos teriam os oficiais mecânicos construtores, mas, considerando as ferramentas intelectuais que despendiam cotidianamente em seu ofício, é possível sugerir o domínio de algum grau de letramento, mesmo que rudimentar, ou, pelo menos, certa familiaridade, ainda que não dominassem a escrita.⁸ De acordo com a autora, a arquitetura civil e religiosa colonial, em grande parte assinada pelos mestres-pedreiros e mestres-carpinteiros, necessitava minimamente de conhecimentos básicos de geometria prática e desenho para se sustentar e se viabilizar. Fragmentos de exames, realizados obrigatoriamente pelos mestres para a abertura de suas oficinas e publicados por historiadores que se debruçaram sobre o trabalho mecânico luso-americano, revelam, inclusive, um certo contato com a tratadística⁹ (Ibidem, p.350).

A tratadística teria circulado na América Portuguesa em círculos restritos, mas nem sempre significado erudição diletante, reduzindo-se ao pragmatismo predominante na colônia. Para Bueno, assim como nas aulas militares, as pranchas eram destacadas dos tratados e desconectadas do debate de origem: “essas e outras gravuras soltas certamente extrapolaram-lhes as fronteiras, e, mesmo que os mestres-pedreiros e carpinteiros não tenham passado por essas academias, tinham acesso a elas” (Ibidem, p.356).

Outro fator a ser considerado é que a Coroa Portuguesa com o Decreto de 1732, passou a determinar que os mestres-pedreiros e carpinteiros deveriam instruir-se nas Academias Militares para lições de geometria elementar e prática, ministradas nas principais cidades do Reino e do Ultramar; para depois serem examinados por um engenheiro-mor que passaria certidão para exercício do ofício (Ibidem, p.350). Dessa forma, se os mestres frequentaram essas aulas ou não, se cumpriram ou não o Decreto, isso é mais um indicativo

⁸Justino Magalhães explica que o método de alfabetização mais usual até fins do Antigo Regime assentava numa aprendizagem diferenciada para a leitura e para a escrita: “Regra geral, a aprendizagem da leitura era anterior à aprendizagem da escrita. [...] Seja por debilidade econômica, ou por motivo de suficiência, a verdade é que, numa multiplicidade de casos, os pais retiravam os filhos da aprendizagem da leitura e da escrita, após um curto período de frequência que lhes permitia aceder a uma capacidade de leitura rudimentar e à assinatura do nome”. (MAGALHÃES, op.cit., p.73-74).

⁹Como os trabalhos de Judith Martins, *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN:MEC, 1974. 2v.; Maria Helena Flexor, *Os oficiais mecânicos na Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1974; e Marieta Alves, *Dicionário de artistas e artífices na Bahia*. Salvador: UFB, 1976. Segundo Bueno, no que concerne à tratadística, nos mesmos exames publicados por estes autores há menção a Giacomino Vignola, “arquiteto” italiano do século XVI.

de que existiram sim diferentes caminhos abertos não só para a inserção dos oficiais mecânicos no letramento, mas também para a obtenção por eles de uma maior erudição através dos meios letrados da sociedade colonial.

O caso da Irmandade do Patriarca São José do Recife

A Irmandade do Patriarca São José foi uma confraria leiga criada por oficiais mecânicos dos ofícios de pedreiro, carpinteiro, marceneiro e tanoeiro, por volta de 1735 na vila de Santo Antonio do Recife, tendo existido até o século XX. Na segunda metade do século XVIII, a irmandade vivenciou mudanças internas significativas; e, ao que tudo indica, influenciadas pelas transformações sociais que estavam acontecendo no Recife a partir da implementação das diretrizes da política pombalina.

Direta ou indiretamente, tais diretrizes modificaram a paisagem da vila do Recife, interferindo no cotidiano de seus habitantes, que testemunharam o incremento de sua economia e o aumento na demanda por mão de obra, inclusive, no setor construtivo, dominado, em grande medida, pelos oficiais mecânicos da Irmandade do Patriarca São José. Assim, em 1774, em meio a tantas transformações, os confrades de São José chegaram a autorizar em um novo compromisso a igual participação de pretos e pardos na composição de sua Mesa Diretoria, mas apenas para aqueles que soubessem ler:

Esta Santa Irmandade e confraria dos officiais dos coatro officios anexos entre os que há [muitos] e vários Mestres dos ditos officios da cor preta e parda, [e] por estas diferentes cores tem havido varias desordens nesta Santa Irmandade e demandas e assim ordenamos neste nosso compromisso e Eleição que se hão de fazer para servir cada hum anno poderá nella servir qualquer Irmão preto, pardo, em qualquer Cargo da dita sendo Irmão preto crioulo e sabendo Ler e não sabendo Ler será só Irmão da Meza¹⁰

Tal resolução do compromisso significava, entre outras coisas, uma possibilidade de ascensão social dos mecânicos pretos e pardos em meio a um grupo primordialmente comandado por brancos. Cabe frisar que para qualquer um confrade, fazer parte da Mesa

¹⁰Cf. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Compromisso da Irmandade e Confraria do Patriarca o Senhor São José*, códice 1301, fl.4. Daqui para frente, o presente documento será citado da seguinte forma: A.H.U., *Compromisso*, e o fôlio correspondente da citação feita.

Diretória – seja como Juiz, Escrivão, Tesoureiro ou Procurador – era muito importante para se destacar entre os demais de seu próprio grupo, além de estar envolto em significativa estima social. Assim, saber ler viabilizava o acesso a esses cargos, e, conseqüentemente, possibilitava que ascendessem socialmente.

Todavia, esse trecho do Compromisso também indica que, pelo menos, alguns dos confrades de São José tinham algum grau de letramento, pois só assim poderiam concorrer aos cargos da Mesa. Ademais, segundo o mesmo Compromisso, a cada ano os cargos de Juiz e Escrivão deveriam ser preenchidos por artífices de apenas um dos quatro ofícios mecânicos anexos, ou seja, em um determinado ano poderiam ser preenchidos apenas por carpinteiros, no outro apenas por pedreiros e assim sucessivamente, “sem que hum Iuiz e seu Escrivão que serve naquele anno tire o direijto ao que se segue e lhe toca e Só Sirva Cada hum no seu anno Como declarado fica pena de que se o contrario obrarem sendo a Meza que actual exziste serão desariscados”¹¹; indicando, teoricamente, que um mesmo artífice estava impedido de permanecer nesses cargos por mais de um ano. Portanto, sugere-se que havia nesses cargos uma certa circularidade de mecânicos que tinham certo domínio da leitura e da escrita.¹²

Diante disso, faz-se importante ressaltar ainda que era comum as irmandades leigas do período colonial estarem submetidas à fiscalização das autoridades coloniais. Assim, o registro das atividades promovidas pela Irmandade do Patriarca São José, como também de suas receitas e despesas, eram feitas por escrito, nos diferentes livros que a Irmandade possuía; devendo, por isso, receber os devidos cuidados do Irmão Escrivão que

hé só a quem Compete escrever nos Livros ou manda-lo fazer por outrem sobescrevendo tudo por sua mão tera todo o Cuidado no aseijo dos Livros da Irmandade e todos os mais papeis a ella pertencentes e estarão no Concistorio della para isso terra Arquivo onde se goardam por ser asim mais proprio e Conveniente para se ver neles e Escrever o que for nessesario tendo o Irmão Escrivão munto Cuidado neles em traze-los

¹¹A.H.U, *Compromisso*, fl. 3v.

¹²A análise que está sendo realizada no restante da documentação relativa à administração da Irmandade do Patriarca São José também indica uma certa circularidade de mecânicos dos quatro ofícios nesses cargos, pois é possível verificar mudanças intercaladas no tempo na caligrafia contida nesses documentos. A análise ainda está sendo feita, por isso os resultados ainda não são conclusivos.

*com aseijo e deixar tudo o que nelle escrever feito com toda a clareza quando aCabar o seu anno*¹³

Já ao Irmão Tesoureiro, que deveria ser de grande capacidade e préstimo e obrigatoriamente saber ler e escrever, competia, entre outras coisas, fazer uma relação de toda a quantia que era devida à Irmandade e arrecadá-la, além de “em tudo o mais ajudar para melhor se conceguir todo o aumento e utilidade da Irmandade sendo que no Cofre da dita haja dinheijro para se dar a juros o Irmão Thezoureijro Compete exzaminar se os bẽns que se apotecarem [Sao] Livres e dezembargados”¹⁴; o que indica certa complexidade no exercício dessa função, pois, as ferramentas necessárias para o seu bom cumprimento, iam além do domínio da leitura e da escrita. Por isso mesmo, o irmão que assumisse tal cargo ficava isento de pagar seu anual à Irmandade enquanto estivesse servindo em Mesa.

Havia ainda os confrades que, devido ao fato de exercerem um dos quatro ofícios anexos, concorriam aos cargos de Juiz e Escrivão de ofício junto ao Senado da Câmara, e eram responsáveis pela emissão de certidões para a Câmara referentes às cartas de exames que autorizavam os oficiais mecânicos a exercerem seus ofícios nas oficinas da vila. Cabia também a eles fiscalizar o trabalho dos artífices no cotidiano do próprio canteiro de obra; e, em geral, como destacou Flexor, zelar pelos interesses da profissão, tanto sob o ponto de vista administrativo, quanto político, econômico, social, material e até espiritual: a eles “cabia ainda, em determinadas ocupações, comprar os materiais para serem vendidos a preços menores aos componentes do corpo de seu controle” (FLEXOR, op.cit., p.182-183). Ou seja, não só emitiam as certidões para as cartas de exame; como também negociavam preços de materiais; e intermediavam possíveis reivindicações de seus ofícios junto à Câmara.

Lembrando que essas reivindicações, assim como solicitações, etc., dirigidas às diversas esferas da administração colonial eram feitos oficialmente por escrito. Isso significa que, para se comunicar com o poder colonial, ter certo domínio da escrita fazia toda a diferença, pois, ao contrário, seria necessário recorrer a terceiros. Além disso, em uma

¹³A.H.U, *Compromisso*, fl.5.

¹⁴A.H.U, *Compromisso*, fl.5v.

sociedade com tantos iletrados, poder se comunicar diretamente com as instâncias de poder proporcionava certo prestígio entre seus pares e além deles.¹⁵

Certamente que muitos dos mecânicos confrades de São José não alcançavam esse prestígio por não possuírem um domínio satisfatório da leitura e da escrita que permitisse tal comunicação, ainda que estivessem inseridos e familiarizados com a cultura escrita. Entres aqueles que sabiam ler e escrever, alguns dominavam mais essas habilidades e outros menos. Tal fato pode ser detectado, mesmo que ainda superficialmente¹⁶, quando analisamos as assinaturas dos próprios confrades. É possível notar que havia entre eles diferentes domínios da técnica da escrita; cabendo, principalmente, aos confrades que ocupavam os cargos mais importantes da Mesa, aparentemente, um maior domínio dessa técnica. Essas diferenças são produzidas, de acordo com Justino Magalhães, durante o processo de ensino-aprendizagem e podem indicar, além de outros fatores, diferentes níveis de alfabetização, dentro dos quais alguns indivíduos, em determinados contextos socioculturais, confinam-se apenas em “leitores de outiva”, firmando por chancela ou por uma autografia rudimentar o seu próprio nome ou parte dele (MAGALHÃES, 2001, p.74-5). Ainda segundo Magalhães,

A alfabetização é marcada, em tese, por lógicas de verticalização, que se traduzem em diferenciação/distinção, tomando por modelo os estratos sociais superiores [...] ou setores especializados [...]. A evolução histórica do fenômeno de alfabetização, na sua complexidade e diversidade, apresenta-se, em tese, profundamente marcada por estratégias e processos de seleção, diferenciação, hierarquização (MAGALHÃES, op.cit., p.81).

Desse modo, é possível inferir que a capacidade alfabética dos confrades de São José interferia sim no lugar que ocupavam dentro de seu grupo, assim como na sociedade colonial como um todo; o que indica que a obtenção de um maior domínio da escrita possibilitaria sua circulação por outros segmentos sociais; o acesso a cargos – como os da Mesa Diretoria,

¹⁵A sociedade do Antigo Regime era uma sociedade de ordens na qual as famílias, as corporações e as cidades desenvolviam práticas organizativas que, “por um lado, cedo ou tarde se convertem a escrito, e, por outro lado, estruturam corpos legislativos que abrangem o exercício de cargos, os direitos e os deveres, tornando a participação na vida local muito ligada à capacidade alfabética de cada um” (MAGALHÃES, op.cit., p.78).

¹⁶Magalhães propõe um método para a utilização de assinaturas como indicativo do nível de alfabetização do indivíduo durante o Antigo Regime. Como já ressaltado em nota anterior, a documentação ainda está sendo analisada e o método proposto por ele considerado, por isso a assertiva é ainda superficial.

proporcionando-os estima social e notoriedade – e outras mercês; assim como o acesso a ideias presentes em jornais e livros que, mesmo proibidos, circulavam na Colônia e podiam ser facilmente contrabandeados.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo trazer um pouco das reflexões que venho desenvolvendo no decorrer da minha pesquisa de Mestrado. Durante a análise – ainda em andamento – da documentação referente à administração interna da Irmandade do Patriarca São José do Recife, verificou-se que os confrades estavam inseridos cotidianamente na cultura escrita, e muitos deles tinham domínio – mesmo que uns mais e outros menos – da leitura, da escrita e das quatro operações matemáticas básicas. Ainda não sabemos precisar se o ler, o escrever e o contar faziam parte do ensinamento dos ofícios no interior das oficinas; nem se o seu ensinamento estava no conjunto das funções empreendidas pela própria Irmandade do Patriarca São José da vila do Recife no setecentos.¹⁷ No entanto, tendo em vista a dificuldade de acesso dessa camada social aos tipos de escola existentes nesse período, uma historiografia mais recente acerca da História da Educação e da História do Livro e da Leitura tem nos ajudado a vislumbrar um pouco como poderia ter se dado esse aprendizado – muitas vezes por meio da contratação de professores particulares, outras vezes por meio da catequese, do autodidatismo e, principalmente, durante o desenvolvimento de seus próprios ofícios –, extrapolando os meios institucionais e, muitas vezes, formais do período.

Diferentemente do que defende uma historiografia brasileira mais clássica, que coloca o trabalho mecânico como desqualificador e o abandono do ofício como condição para que os mecânicos pudessem ascender socialmente, percebemos no decorrer da pesquisa que talvez seja problemático atribuir ao trabalho mecânico um fator desqualificador, tendo em conta a complexidade existente na organização social desses agentes em terras luso-americanas – pois entre eles havia brancos, negros e pardos; forros, escravos e livres; ricos, pobres, etc. Além

¹⁷ No tocante ao oitocentos, há o trabalho de Marcelo Mac Cord, *Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*, Tese de Doutorado, Campinas: IFCH, Unicamp, 2009, que trata do papel que a Irmandade do Patriarca São José em Recife assume frente à instrução de seus confrades.

disso, muitos deles eram letrados e alguns até versados na técnica da escrita, e, por este mesmo motivo, tinham, frente aos demais, maiores oportunidades de acesso às ideias sociais, políticas, econômicas circulantes na época; assim como o acesso a espaços sociais dos mais distintos; permitindo-os negociar lugares e privilégios junto às diferentes esferas do poder local e metropolitano e melhorar suas condições de vida e de suas famílias.

Referências Bibliográficas

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, ‘riscos’ e ‘traças’”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v20, n1, p.321-361, jan.– jun. 2012.

FLEXOR, Maria Helena. “Ofícios, manufaturas e comércio”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002.

FONSECA, Thais Nivea de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da Escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MARAVALL, José Antonio. “Trabajo y exclusión. El trabajador manual en el sistema social da primera modernidad”. In: *Estudios de Historia del Pensamiento Español*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*, São Paulo: Cia das Letras, 1989.

MENESES, José Coelho. “Educar na oficina: a aprendizagem do artesão no mundo português e as reformas pombalinas do ensino no final do século XVIII”. In: FONSECA, Thais Nivea de Lima e (Org). *As reformas pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MESGRAVIS, Laima. “Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colonial”. In: *Estudos Econômicos*. n13. São Paulo: USP, 1983, p. 799-811.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

PRECIOSO, Daniel. *Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica Colonial (1750-1803)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.